

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 07 de julho de 2017

15 Páginas / Ano 1 / Edição nº 032



LEIS

LEI nº. 2644/2017

EMENTA: Institui a estrutura dos cargos efetivos, gratificados e em comissão, atualiza o Plano de Cargos e Carreiras do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaguariá do Estado do Paraná, e dá outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulga em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64. **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica instituído o Plano de Cargos e Carreiras do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Jaguariá, destinado a estabelecer a estrutura e organização dos cargos do SAMAE, fundamentados nos princípios emanados da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município e destinados a assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência dos serviços da Autarquia.

§ 1º. Os cargos de provimento efetivo do SAMAE são organizados em carreiras, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

§ 2º. Aplica-se aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal do SAMAE, submetidos ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaguariá, o disposto na Lei Municipal nº 2155/2010.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DAS CARREIRAS

Art. 2º. As carreiras serão estruturadas em classes de cargos observando a natureza e complexidade das tarefas bem como a escolaridade e qualificação profissional.

Art. 3º. Padrão é a divisão básica da carreira que agrupa cargos do mesmo nível de avaliação segundo as atribuições e responsabilidades incluindo nestes cargos, funções de chefia.

Art. 4º. Integrarão ao Plano de Carreira os Cargos em Comissão e as Funções Gratificadas.

§ 1º. O servidor do Quadro de Pessoal que for designado para executar cargo em comissão receberá a diferença entre o seu salário base da tabela de vencimentos e o valor do salário do cargo em comissão.

§ 2º. Durante o tempo em que for designado ou que ocupar cargo em comissão, o servidor continuará fazendo jus às promoções por mérito e tempo de

serviço, já adquiridas e a serem adquiridas, contudo, as promoções serão calculadas sobre o seu salário do cargo base da tabela de vencimentos.

§ 3º. O servidor do quadro que deixar de ocupar cargo em comissão ou função gratificada, voltará a perceber pelo cargo básico acrescido das promoções por mérito e tempo de serviço, adquiridos durante o período em que ocupou estes cargos ou funções.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 5º. Os cargos serão organizados em 07 (sete) grupos básicos, observado a natureza das tarefas e atribuições:

- I. Superior;
- II. Técnico;
- III. Manutenção;
- IV. Operacional;
- V. Auxiliar Operacional;
- VI. Administrativo;
- VII. Administrativo Auxiliar.

§ 1º. Serão consideradas Funções Gratificadas de supervisão abaixo especificadas, conforme Anexo IV desta Lei:

- I. Supervisor de Redes e Ruínas;
- II. Supervisor de Redes de Esgoto;
- III. Supervisor da Estação de Tratamento de Água;
- IV. Supervisor do Setor Financeiro e Tesouraria;
- V. Supervisor de Recursos Humanos;
- VI. Ouvidor.

§ 2º. Serão considerados os Cargos em Comissão, conforme Anexo V desta Lei:

- I. Presidente do SAMAE;
- II. Diretor Geral;
- III. Diretor do Setor de Engenharia e Projetos;
- IV. Chefe da Divisão de Compras e Licitações;
- V. Chefe da Divisão de Meio Ambiente;
- VI. Chefe do Departamento de Operação;
- VII. Chefe do Departamento Administrativo.

VII desta Lei:

- I. Diretor Vice-Presidente;
- II. Chefe da Seção Financeira e Contábil;
- III. Encarregado de Transportes e Controle de Frotas.

§ 4º. Será considerado o Cargo de Função Gratificada Extinto, conforme Anexo VII desta Lei:

- I. Encarregado de galerias pluviais;
- II. Encarregado de Transportes e Controle de Frotas.

§ 5º. Será considerado em caráter de extinção o Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, conforme Anexo VII desta Lei.

CAPÍTULO IV ORGANIZAÇÃO DAS CARREIRAS

Art. 6º. As carreiras serão organizadas em sete áreas: superior, técnico, manutenção, operacional, auxiliar operacional, administrativo e administrativo auxiliar.

§ 1º. O acesso aos cargos máximos está garantido a todos os servidores, obedecendo aos critérios de escolaridade e qualificação definidos nesta Lei.

§ 2º. As carreiras compreenderão cargos distintos, escalados dos níveis mais complexos, segundo a natureza de atribuições e responsabilidades, incluindo nesses, os cargos de chefia.

§ 3º. O Quadro de Pessoal do SAMAE será organizado de acordo com os seguintes anexos, que são parte integrante desta Lei:

- | | |
|-------------|--|
| Anexo I. | Estrutura de Cargos e Carreiras; |
| Anexo II. | Formação mínima para provimento de Cargos Efetivos; |
| Anexo III. | Progressão por qualificação profissional; |
| Anexo IV. | Funções Gratificadas; |
| Anexo V. | Tabela de Vencimentos dos Cargos em Comissão; |
| Anexo VI. | Quadro de Pessoal do SAMAE; |
| Anexo VII. | Cargos em Comissão, Efetivos e de Função Gratificada Extintos; |
| Anexo VIII. | Atribuições e Responsabilidades dos Cargos Públicos Efetivos, dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das funções e encargos especiais. |

§ 4º. A denominação e a descrição sumária e detalhada de cada cargo, bem como as suas atribuições, responsabilidades, habilitação mínima para o exercício e os requisitos mínimos ou especiais para o ingresso, no SAMAE, são as constantes do Anexo I, II, III, VI e VIII.

Art. 7º. Todas as funções gratificadas e cargos em comissão, com exceção do Presidente e o Diretor do Setor de Engenharia e Projetos, integrarão o Plano de Carreira e serão preferencialmente ocupados por servidores de carreira, designados pelo Presidente do SAMAE, com aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Serão ainda exigidos para o desempenho destes cargos e funções:

- a) Qualificação profissional e escolaridade compatível;
- b) Perfil profissional para o bom desempenho do cargo.

Art. 8º. Os Cargos em Comissão e as Funções Gratificadas serão remunerados conforme estabelecidos nesta Lei.

§ 1º. A exoneração de cargo em comissão e a perda da função gratificada é ato discricionário do Presidente do SAMAE e poderá ser motivado por:

- a) Inadaptabilidade do servidor no cargo ou função;
- b) Falta de dedicação do servidor no desempenho das novas funções ou tarefas;
- c) Descumprimento de normas e prazos previstos na legislação;
- d) Solicitação do próprio servidor, com exposição de motivos;
- e) Perda de confiança da Chefia ou Direção em relação ao comissionado ou ocupante de Gratificação de Função.

§ 2º. Para dar substância às alíneas "a", "b" e "c" constante no parágrafo anterior, periodicamente poderá ser realizada avaliação de desempenho dos servidores que ocupam cargos em comissão e/ou funções gratificadas, sem prejuízo da avaliação que será realizada anualmente com todos os servidores, conforme prevê esta Lei.

Art. 9º. As funções gratificadas serão remuneradas de acordo com o Anexo IV.

Art. 10. O Presidente do SAMAE e o Diretor do Setor de Engenharia e Projetos serão nomeados pelo Prefeito Municipal, nos moldes da legislação vigente.

CAPÍTULO V DO INGRESSO

Art. 11. Os cargos de provimento efetivo do SAMAE são acessíveis aos brasileiros ou a estrangeiros na forma da Lei, e o ingresso dar-se-á no primeiro Padrão e Classe da Carreira, atendidos os pré-requisitos de escolaridade, através de Concurso Público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único. O Concurso Público é destinado a apurar a qualificação profissional exigida para o ingresso na carreira e poderá ser desenvolvido em etapas, conforme o disposto em Edital:

- I. Prova escrita;
- II. Avaliação de títulos;
- III. Prova prática.

Art. 12. Concluído o Concurso Público e homologados os resultados pelo Presidente do SAMAE, os candidatos habilitados serão nomeados de acordo com a ordem de classificação e mediante a necessidade do SAMAE.

Art. 13. O prazo dos Concursos Públicos poderá ser de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez por igual período.

CAPÍTULO VI DAS PROGRESSÕES

Art. 14. Observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, a Política de Desenvolvimento dentro do Plano de Cargos e Carreiras dar-se-á dentro dos seguintes princípios e critérios:

I. PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO: dar-se-á automaticamente a cada ano, na data de investidura no cargo, a razão de 1% (um por cento) sobre a tabela relativa a cargos de carreira;

II. PROGRESSÃO POR MÉRITO: é a passagem do servidor do estágio de uma classe para a imediatamente superior e somente ocorrerá de acordo com a avaliação de desempenho, conforme definido nesta Lei, à razão de 1% (um por cento) ao ano sobre a tabela relativa a cargos de carreira, sempre na data de investidura no cargo, na mesma data da progressão por tempo de serviço;

III. PROGRESSÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: é a passagem do servidor de uma classe para outra, imediatamente superior, por qualificação profissional que poderá ser conquistada pelo servidor, após três anos de efetivo exercício no cargo, em razão de possuir ou completar curso técnico de, no mínimo, 250 (duzentas e cinquenta) horas/aulas, cursos de graduação, pós-graduação lato-sensu ou stricto sensu, desde que este possa ser aproveitado na função que o servidor exerce.

§ 1º. O servidor que for penalizado com advertência escrita ou suspensão perderá o direito à progressão por mérito, constante no inciso II do caput deste artigo, de acordo com o período de penalidade imposta no Processo Administrativo Disciplinar.

§ 2º. Para os servidores admitidos após o dia 23 de dezembro de 1995, a progressão por mérito será na razão de 1% (um por cento) ao ano sobre a Tabela relativa a Cargo de Carreira ou Cargos em Comissão, sempre na data de investidura no cargo, observado o mesmo procedimento de avaliação do Parágrafo do art. 16 desta Lei.

§ 3º. Na progressão por qualificação profissional, aplicar-se-á gratificação de caráter permanente somente aqueles que completarem cursos referentes à sua função no cargo em que exerce no SAMAE, incidente sobre o salário base em que o servidor estiver enquadrado, nos percentuais previstos no Anexo III.

§ 4º. Não haverá aplicação cumulativa da gratificação por qualificação profissional.

§ 5º. A progressão referente ao curso técnico e à graduação só será aplicada aos ocupantes de cargos de nível básico e médio.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 15. O Quadro de Pessoal do SAMAE será organizado de acordo com o Anexo VI desta Lei.

CAPÍTULO VIII DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 16. A Avaliação de Desempenho deverá medir o desempenho do servidor na execução de suas tarefas e o cumprimento de suas obrigações, permitindo seu crescimento profissional e seu desempenho dentro da carreira.

Parágrafo Único. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, fica sujeito a estágio probatório, por prazo de 03 (três) anos, sendo avaliadas a aptidão e a capacidade do servidor, através de uma Comissão Especial que deve observar, entre outros, os seguintes fatores:

I. Assiduidade;

II. Disciplina;

III. Capacidade de iniciativa;

IV. Produtividade;

V. Responsabilidade;

VI. Pontualidade;

VII. Eficiência.

Art. 17. A Avaliação de Desempenho será realizada de acordo com o disposto na Seção V, do Capítulo I, do Título II, da Lei Municipal nº. 2155/2010 e conforme regulamentação própria a ser editada pelo Presidente do SAMAE.

CAPÍTULO IX DA ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

Art. 18. Caberá ao Presidente do SAMAE a implantação, coordenação e manutenção deste Plano de Cargos e Carreiras.

Parágrafo Único. O SAMAE poderá propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal, alterações nas atribuições dos cargos, na estruturação das carreiras, nas especificações das classes e outras medidas que permitam o aperfeiçoamento deste Plano de Cargos e Carreiras.

CAPÍTULO X DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 19. Os cargos previstos nesta Lei serão preenchidos gradativamente da seguinte forma:

I. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do SAMAE serão automaticamente enquadrados nos cargos previstos no Anexo V, cujas atribuições sejam da mesma natureza e mesmo grau de dificuldade e responsabilidade dos cargos que estiverem ocupando na data de vigência desta Lei, observadas as disposições deste Capítulo;

II. Pela nomeação decorrente da aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos para os que vierem a ser admitidos para o exercício de cargos de provimento efetivo;

III. Pelo enquadramento dos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou pela nomeação, a critério do Presidente do SAMAE, no concernente aos cargos de provimento em comissão que vierem a ser providos.

Parágrafo Único. A nomeação para o exercício de cargo de provimento efetivo decorrente da aprovação em concurso público será efetuada sempre na classe inicial de cada cargo.

Art. 20. O enquadramento mencionado no art. 19 desta Lei será efetuado por Portaria do Presidente do SAMAE.

Parágrafo Único. Os servidores eventualmente contratados por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, serão imediatamente exonados.